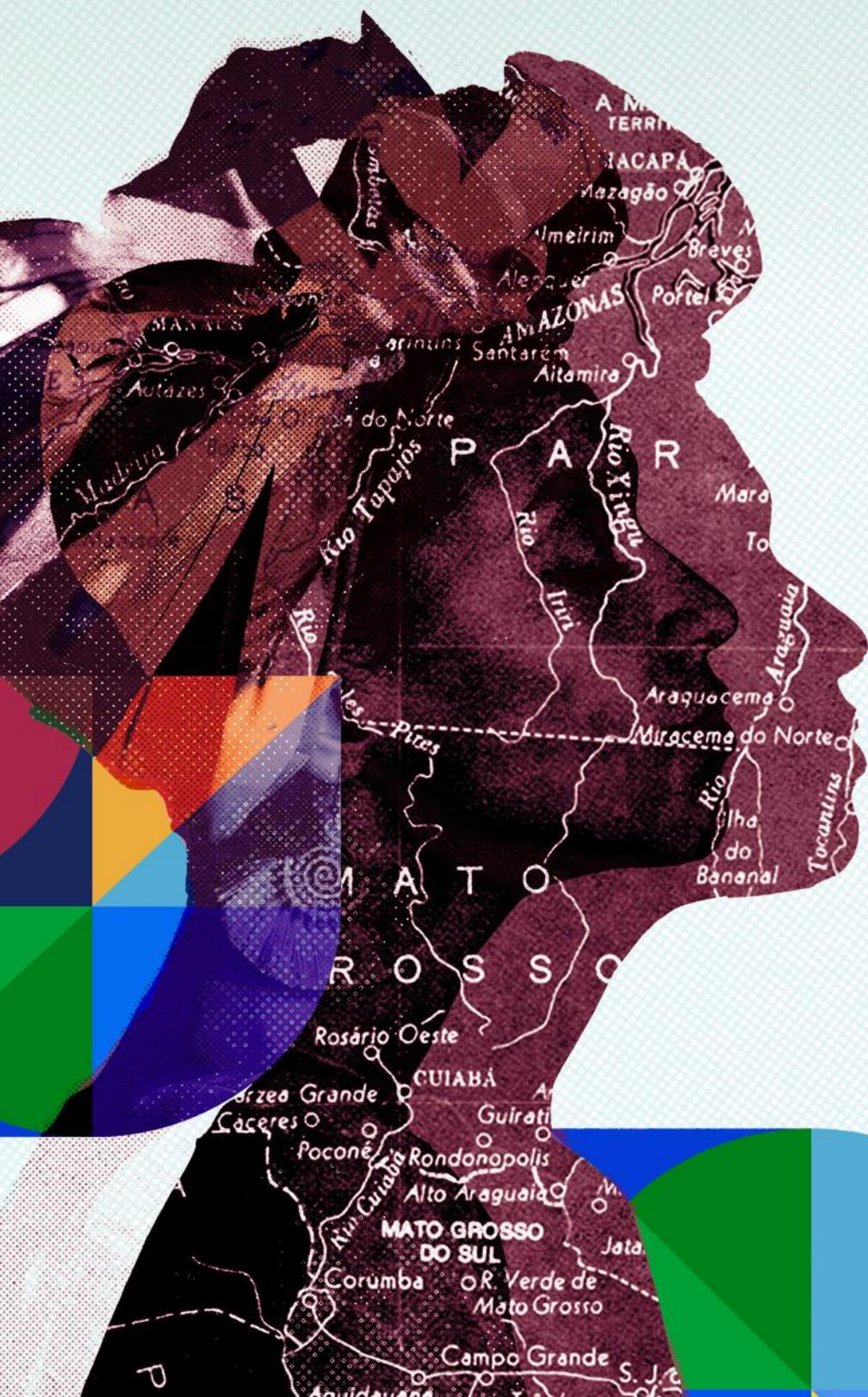


ESTUDO DE CASO

BRASIL

Igualmente seguras

Por uma abordagem feminista da segurança de jornalistas



ARTICLE 19

A **ARTIGO 19** trabalha por um mundo em que pessoas de todos os lugares possam se expressar livremente e participar ativamente da vida pública, sem medo de sofrer discriminação. Para isso, trabalhamos com duas liberdades interligadas que estabelecem a base de todo o nosso trabalho. A Liberdade de falar refere-se ao direito que todos têm de se expressar e divulgar opiniões, ideias e informações de todas as formas, bem como de discordar e questionar os detentores do poder. A Liberdade de saber trata do direito de exigir e receber informações dos detentores do poder, visando transparência, boa governança e desenvolvimento sustentável. Quando qualquer uma dessas duas liberdades é ameaçada porque os detentores do poder falham em protegê-las, a ARTIGO 19 manifesta-se em uma só voz, seja por meio de tribunais de justiça, de organizações globais e regionais e da sociedade civil, onde quer que estejamos presentes.

Primeira publicação pela ARTIGO 19, 2022

DESIGN

[Daniella Domingues](#)

ILUSTRAÇÃO

[Mariana Coan](#)

TODAS AS FOTOS

Shutterstock

ARTIGO 19

c/o Sayer Vincent
Invicta House
108–114 Golden Lane
Londres EC1Y 0TL
Reino Unido

www.artigo19.org



Agradecemos ao projeto Gender Peace, financiado pelo European Research Council e realizado no Centre for Women, Peace and Security da London School of Economics and Political Science.

© ARTICLE 19, 2022 (Creative Commons License 3.0)

Sobre a Creative Commons License 3.0: Esta publicação é oferecida sob a licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 3.0. Você tem permissão para copiar, distribuir e exibir este material livremente, bem como produzir obras derivadas dele, desde que: 1) dê o devido crédito à ARTIGO 19; 2) não use esta publicação para fins comerciais; 3) distribua quaisquer obras derivadas desta publicação em posse de uma licença idêntica a esta. Para acessar o texto jurídico integral desta licença, visite: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/legalcode>

Índice

4	Abreviações
5	Agradecimentos
6	Sobre este projeto
7	1. Introdução
7	Contexto do país: Brasil
8	Violência contra jornalistas mulheres no Brasil
9	Mecanismos de proteção existentes no Brasil
10	O movimento feminista no Brasil
13	2. Estudos de caso
13	Introdução
14	Nós, Mulheres da Periferia
17	Rede de Mulheres da AMARC (Perspectiva de gênero para fortalecer radialistas mulheres em rádios comunitárias)
20	3. Recomendações
22	Notas

Abreviações

ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
AMARC	Associação Mundial de Rádios Comunitárias
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CPJ	<i>Committee to Protect Journalists</i> (Comitê para a Proteção de Jornalistas)
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
LGBTQI+	Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer e intersexo
RSF	Repórteres sem Fronteiras
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Agradecimentos

Esta pesquisa não teria sido possível sem os seguintes colaboradores. A ARTIGO 19 agradece a cada um deles.

Autoras do relatório

- Janara Nicoletti, pesquisadora em Jornalismo, Observatório da Ética Jornalista (objETHOS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
- Vanessa L. Pedro, pesquisadora em Jornalismo, Observatório da Ética Jornalista (objETHOS/UFSC) e CEO do Instituto Território, Brasil
- Simone Pereira Schmidt, professora da UFSC, Brasil

Participantes da pesquisa

- Maria José Braga, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)
- Thiago Firbida, chefe de Proteção e Segurança da ARTIGO 19 Brasil e América do Sul
- Giuliano Galli, coordenador da Rede Nacional de Proteção a Jornalistas e Comunicadores
- Jéssica Gustafson, aluna de doutorado do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC; jornalista e pesquisadora nas áreas de feminismo e jornalismo; cofundadora da Rede de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça
- Leticia Kleim, jornalista e cofundadora do Nós, Mulheres da Periferia; assistente jurídica da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI)
- Dóris Macedo, presidente da Associação Mundial de Rádios Comunitárias Brasil (AMARC)
- Cynthia Miranda, cofundadora da Rede de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça
- Jéssica Moreira, jornalista e cofundadora do Nós, Mulheres da Periferia
- Célia Rodrigues, jornalista, radialista e fundadora da Rede de Mulheres da AMARC (Perspectiva de gênero para fortalecer radialistas mulheres em rádios comunitárias)
- Artur Romeo, chefe de Proteção do Repórteres sem Fronteiras (RSF), América Latina
- Maria Tranjan, consultora de Proteção e Segurança da ARTIGO 19 Brasil e América do Sul
- Cristina Scheibe Wolff, professora de História das Mulheres na UFSC, Brasil

Design do relatório

- Design: [Daniella Domingues](#)
- Ilustrações: [Mariana Coan](#)

Sobre este projeto

Como seria uma abordagem feminista para a proteção de jornalistas? Quais benefícios concretos ela poderia trazer? Essa abordagem poderia trazer soluções para o abuso – bem documentado e altamente motivados por gênero – que jornalistas mulheres¹ enfrentam todos os dias?

Embora jornalistas e comunicadores² de todo o mundo enfrentem ameaças, vigilância, ataques, prisões arbitrárias, detenção, desaparecimentos forçados e assassinato por realizar seu trabalho vital, as mulheres jornalistas sofrem ameaças, violências, abusos e assédio adicionais e motivados por gênero – em seus locais de trabalho, quando estão em campo trabalhando como repórteres e on-line. Elas sofrem as consequências não apenas do ambiente cada vez mais hostil que afeta todos os jornalistas, mas também da disseminação de violência, discriminação e “[censura motivadas por gênero](#)”. Esses riscos se multiplicam para jornalistas mulheres que sofrem discriminações variadas e sobrepostas por motivos de raça, etnia, idade, orientação sexual, características sexuais, identidade/expressão de gênero e crenças religiosas (dentre outras).

As políticas e práticas atuais – mesmo aquelas consideradas “sensíveis ao gênero” – estão falhando em proteger jornalistas mulheres contra esses riscos. Um colete à prova de balas pode ser útil em alguns contextos, mas não protegerá uma mulher contra assédio sexual na redação, não impedirá que ela sofra abuso ao compartilhar suas histórias na internet ou que sofra ataques no transporte público ao se deslocar a trabalho. Devido a essa falta de medidas efetivas de proteção, as jornalistas têm, em alguns casos, assumido a questão, criando soluções para manter a si mesmas e as colegas em segurança. Essas soluções são embasadas em diversas abordagens feministas que colocam na linha de frente e no centro as experiências cotidianas, as realidades vivenciadas e as necessidades de proteção das mulheres.

Em 2021, a ARTIGO 19 se posicionou para dar mais visibilidade a essas práticas, às vezes invisíveis, aproveitando nossos [programas existentes](#) para a segurança de jornalistas mulheres em todo o mundo. Realizamos uma pesquisa original globalmente e especificamente em seis países – três na Ásia (Bangladesh, Nepal e Sri Lanka) e três na América Latina (Brasil, Chile e Paraguai). Essa pesquisa foi orientada pelas seguintes perguntas:

Como seriam abordagens feministas para a proteção de jornalistas, e quais benefícios elas poderiam trazer?

De organizações nacionais a redes populares, nossos achados documentam os esforços monumentais que as mulheres empenham para fazer mudanças estruturais, desafiar arraigados padrões de discriminação e violência motivadas por gênero e aumentar a segurança de jornalistas mulheres. As iniciativas demonstradas nesses estudos de caso são um testemunho da resiliência e criatividade de quem trabalha nas linhas de frente feministas.

1. Introdução

Contexto do país: Brasil

A liberdade de imprensa no Brasil sofreu um chocante declínio nos últimos anos. No [Relatório de Expressão Global de 2022](#) da ARTIGO 19 – uma análise anual global e baseada em dados sobre a liberdade de expressão no mundo, o Brasil despencou da posição 31, que ocupava em 2015, para a posição 89, em um total de 160 países. Muito desse declínio pode ser atribuído ao Presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro, sob cuja liderança o Brasil se tornou uma [democracia frágil](#) e um dos [países de tendência mais autocrata](#) do mundo.

A notória [hostilidade de Bolsonaro com a imprensa](#) dificultou o trabalho dos jornalistas.³ Os ataques a jornalistas e trabalhadores da mídia têm se tornado alarmantemente comuns no Brasil. Em 2021, esses ataques atingiram [o ápice desde a década de 90](#), e o Brasil ocupou o 8º lugar no [Índice de Impunidade Global 2021](#) elaborado pelo CPJ (Comitê para a Proteção de Jornalistas). Esse índice calcula o número de assassinatos impunes de jornalistas como um percentual da população de um país e classifica os países de acordo com esse dado. A ARTIGO 19 Brasil e América do Sul registrou [pelo menos 449 violações](#) contra jornalistas e comunicadores sociais realizadas pelo ex-presidente brasileiro, por seus ministros, parentes e políticos ligados a ele (seja por relações familiares, partidos políticos ou agenda política), considerando-se apenas o período entre janeiro de 2019 e setembro de 2020. Os discursos e ações de Bolsonaro instigam uma “reação em cadeia”,⁴ autorizando seus seguidores a também atacar jornalistas – on-line e off-line. Resumidamente, Bolsonaro coordenou a [institucionalização da violência contra jornalistas no Brasil](#), que foi acompanhada por uma estratégia de desinformação, deslegitimação e estigmatização – mecanismos usados para controlar o debate público.

O Brasil ocupou o 25º lugar entre 26 países da América Latina e do Caribe no [Índice de Diferenças Globais entre Gêneros de 2021](#), elaborado pelo Fórum Econômico Mundial. Em 2021, apenas 15,2% dos parlamentares e 10,5% dos ministros eram mulheres. Essa falta de representação nos corredores do poder é espelhada na mídia; as mulheres são 58% dos jornalistas no Brasil,⁵ mas são sub-representadas em cargos de liderança e ganham menos do que seus colegas homens.⁶

Durante a pandemia de Covid-19, [as pressões sobre os jornalistas aumentaram](#); somente em 2021, 12 veículos de mídia foram fechados, deixando dezenas de desempregados, enquanto os ataques a jornalistas [dispararam](#). Mulheres, pessoas negras e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer e intersexo (LGBTQI+) foram [desproporcionalmente as maiores vítimas](#).⁷

Assim como em [outros países da América Latina](#), o cenário da mídia brasileira sofre com a [falta de pluralidade](#) e de representação, que são exacerbadas pela desigualdade; quatro grupos de TV recebem 70% da audiência televisiva, e cerca de [18% da população vive em “desertos de notícia”](#).⁸ Apesar de a mídia independente e alternativa estar ganhando algum terreno no país, [esses canais enfrentam significativos desafios financeiros](#).

Violência contra jornalistas mulheres no Brasil

Violência e desinformação cometidas pelo Estado

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) avaliou que os atos de estigmatização e assédio contra a imprensa, realizados por Bolsonaro e por seus assessores do alto escalão, eram desproporcionalmente dirigidos a jornalistas mulheres. Esse cenário desencorajou estudos sobre – e por parte de – grupos que correm risco de discriminação, silenciou aqueles que se manifestam contra a violência e reforçou desigualdades sistemáticas.

A desinformação⁹ tem sido uma das estratégias preferidas de Bolsonaro em sua guerra contra jornalistas; entre 2019 e 2020, ele fez em média três declarações falsas ou distorcidas por dia, muitas vezes com a objetivo de deslegitimar a mídia e colocar o público contra ela. Por exemplo, ele acusou injustamente a jornalista Bianca Santana de publicar “fake news”, após ela escrever um artigo sobre a relação que a família e os amigos de Bolsonaro mantinham com os homens acusados de matar a vereadora Marielle Franco. As acusações de Bolsonaro levaram a uma série de ataques contra Santana, ataques estes que foram denunciados na 44ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Naquela ocasião, a jornalista disse à ONU: “O Estado brasileiro tem a obrigação de garantir um ambiente seguro para as mulheres jornalistas.” Bolsonaro negou o comentário e se desculpou, no entanto, com o apoio de diversos grupos dos movimentos negro e feminista no Brasil, Santana conseguiu processar o presidente, que foi obrigado a pagar a ela uma indenização no valor de R\$ 10.000.

Assédio e abuso on-line

As mulheres são desproporcionalmente os alvos de ataques on-line contra jornalistas no Brasil, e esses ataques aumentaram em 140% em 2020, em comparação ao ano anterior. Bolsonaro e seus filhos foram pessoalmente responsáveis por grande parte do assédio on-line que os trabalhadores da mídia sofreram no Brasil, e a maioria dos ataques de Bolsonaro ocorreram on-line.

O anonimato das mídias sociais habilita os agressores a realizar ataques coordenados contra as mulheres, e esses ataques continuam impunes devido à ineficácia da moderação de conteúdo. Em 2022, o InternetLab analisou contas no Twitter, YouTube e WhatsApp de 200 jornalistas, dos quais 133 eram mulheres. O relatório identificou que a violência contra os jornalistas era coordenada, e que a maioria das violações afeta predominantemente as mulheres; no WhatsApp, 2 dos 3 jornalistas mais atacados eram mulheres; no Twitter, 4 dos 5 jornalistas mais atacados eram mulheres.

Para os jornalistas, manter uma presença on-line é essencial para que possam realizar e promover seu trabalho. Ainda assim, esses ataques on-line coordenados podem deixar as jornalistas mulheres com poucas alternativas senão abandonar as mídias sociais, pelo menos temporariamente. Isso, por sua vez, as coloca em uma situação de vulnerabilidade econômica. Por exemplo, em 2020, uma jornalista brasileira sofreu ataques coordenados on-line após publicar um artigo sobre um caso de abuso sexual cometido em um beach club no sul do Brasil. Ela foi pro-

cessada por danos morais e teve de desativar suas contas nas redes sociais para escapar do assédio. Isso fez com que ela perdesse oportunidades de trabalho.

Como nos contou Jéssica Gustafson, jornalista, pesquisadora e cofundadora da Rede de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça: “Se uma jornalista usa as redes sociais para estabelecer contato com empregadores [e] fontes de informações, ela pode perder seu sustento ou ter mais dificuldades de desenvolver seu trabalho.”

Outro exemplo é o Escreva Lola Escreva, um blog sobre machismo, misoginia, homofobia e racismo. De nacionalidade argentino-brasileira, Lola Aronovich, a autora do blog, frequentemente é alvo de ataques misóginos – incluindo ameaças de morte. Ela expõe esses ataques para seus seguidores (mais de 180 mil, no momento em que este artigo foi escrito) no Twitter.

Violência contra jornalistas mulheres em casa e no trabalho

A violência contra as mulheres é um imenso problema no Brasil, e mais de uma a cada três mulheres já sofreram violência de gênero durante a vida.

Em 2021, a ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) registrou 62 ocorrências de mulheres que haviam sido atacadas, ofendidas, intimidadas e ameaçadas no exercício do trabalho, em um total de 78 episódios. Isso equivale a seis ataques por mês. Além disso, 34,6% dos ataques tinham como alvos específicos o gênero ou a sexualidade dessas mulheres.

Em 2018, um estudo da ARTIGO 19 Brasil e América do Sul identificou que, de 46 comunicadoras sociais, 65% haviam sofrido violência psicológica no trabalho ou em casa, 57% haviam sofrido bullying e assédio no trabalho, e 6 delas haviam recebido ameaças de morte durante o trabalho. Os principais agressores eram familiares ou agentes políticos ou públicos.

Mulheres negras e indígenas são desproporcionalmente as maiores vítimas de feminicídio e violência doméstica no Brasil, e no país mais mulheres trans são assassinadas do que em qualquer outro país do mundo. A Transgender Europe relata que, entre 1º de outubro de 2020 e 30 de setembro de 2021, 125 pessoas trans foram mortas no Brasil, e a esmagadora maioria delas era de mulheres trans. Entretanto, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais registrou 175 assassinatos de mulheres trans apenas em 2020, o que destaca a falta de dados precisos no país.

Mecanismos de proteção existentes no Brasil

A Constituição Brasileira garante o direito à liberdade de expressão e o acesso à informação e proíbe a censura. Porém, a estrutura jurídica brasileira referente às medidas de proteção apresenta falhas. Por exemplo, as medidas de segurança incluídas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, que foi implementado em 2004 e passou a incluir comunicadores sociais em 2018, não são suficientemente efetivas para proteger aqueles que estão em risco; jornalistas têm relatado que as medidas não

correspondem à realidade de seu trabalho, e a lista de espera para ingresso no programa é longa.

Devido à inadequação da ação estatal diante da crescente violência, algumas associações de jornalistas criaram os próprios mecanismos de proteção. Artur Romeo, chefe de Proteção do RSF América Latina, caracterizou essas como “redes de apoio e solidariedade com foco no cuidado e na lógica do autocuidado”.

Por exemplo:

- Em 2017, a **FENAJ** (Federação Nacional dos Jornalistas), uma federação de sindicatos que representa todos os sindicatos de jornalistas do Brasil, desenvolveu um Comitê Nacional sobre Gênero, que realiza pesquisas e trabalhos no intuito de ampliar a abordagem de assuntos relacionados a gênero, raça e etnia.
- A **ABRAJI** promove treinamentos sobre a segurança de jornalistas e está desenvolvendo uma plataforma na qual jornalistas mulheres podem denunciar a violência de gênero.
- A **Rede Nacional de Proteção a Jornalistas e Comunicadores**, uma rede de organizações da sociedade civil brasileira, lançou uma plataforma de proteção em agosto de 2021 e planeja realizar ações específicas voltadas às questões de gênero.

O movimento feminista no Brasil

O movimento feminista no Brasil tem uma longa história. Cristina Scheibe Wolff, que é professora de História das Mulheres na UFSC e pesquisa gênero, feminismo e o papel das mulheres na resistência às ditaduras sul-americanas, contou à ARTIGO 19 que, na década de 60, o regime militar brasileiro perseguiu feministas, que se organizaram em pequenos grupos por todo o país para se proteger e resistir ao regime. Esses grupos foram a gênese do movimento feminista brasileiro.

Mais recentemente, as ações referentes ao Dia Internacional das Mulheres (chamado de “8M” porque é celebrado em 8 de março) foram especialmente marcantes. Milhares de mulheres em todo Brasil participaram dessas mobilizações, que foram amplamente promovidas por movimentos de mulheres negras brasileiras e exigiram justiça pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (que era alvo de ataques por ser uma mulher negra bissexual na política), reivindicaram o fim da violência contra jornalistas (como no caso da repórter Patrícia Campos Mello¹⁰) e protestaram contra o comportamento agressivo de Bolsonaro. As feministas brasileiras também lideraram o movimento *Ele Não* às vésperas da eleição de 2018 e tiveram um papel decisivo no movimento *Fora Bolsonaro*, que mais tarde denunciou as ações do presidente. Apesar de Bolsonaro ter vencido aquela eleição, esses movimentos foram cruciais em informar a população sobre as características misóginas do projeto político dele, e continuaram se mobilizando durante seu governo; por exemplo, em setembro de 2021, mulheres indígenas realizaram a segunda Marcha das Mulheres Indígenas de modo a coincidir com o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre o direito dos indígenas à terra.

Esses exemplos destacam uma faceta do movimento feminista contemporâneo no Brasil que é especialmente relevante para este estudo de caso: mulheres criando as próprias redes para resistir coletivamente aos ataques que sofrem. Isso pode ser visto entre jornalistas mulheres e também entre comunicadoras sociais. Por exemplo:

- O movimento **Jornalistas contra o Assédio** foi fundado em 2016. Em 2020, seus membros realizaram uma ação coordenada no Twitter reivindicando o fim dos ataques e do assédio contra jornalistas mulheres no trabalho, usando a hashtag *#MulheresJornalistasEmLuta*. Em apenas duas horas, a hashtag atraiu mais de 10.000 tuítes. O coletivo também fez um chamado para uma petição pública no Twitter, com o objetivo de combater os ataques direcionados a jornalistas mulheres.
- A **Rede de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça**, mencionada previamente, trabalha para proteger jornalistas mulheres, como no caso em que a organização defendeu uma jornalista que havia sido processada e teve de se desligar das redes sociais após publicar um artigo sobre um abuso sexual cometido em um beach club.
- O perfil da **Associação Mundial de Rádios Comunitárias** (AMARC) (Perspectiva de gênero para fortalecer radialistas mulheres em rádios comunitárias) é apresentado mais detalhadamente na próxima seção.

2. Estudos de caso

Introdução

No intuito de identificar abordagens feministas à segurança de jornalistas no Brasil, a ARTIGO 19 conduziu uma pesquisa documental e entrevistou jornalistas mulheres e comunicadoras, bem como com especialistas em gênero, estudos feministas e mídia.

Considerando a falta de informação sobre violações contra jornalistas mulheres e comunicadoras sociais no Brasil, primeiro foi necessário mapear e categorizar esses casos. Começamos lendo notícias sobre violência contra jornalistas em geral (com foco em incidentes ocorridos após 2015), o que gerou uma lista de profissionais do jornalismo que haviam sofrido algum tipo de violência. Em seguida, fizemos buscas on-line em português, espanhol e inglês para coletar especificamente informações sobre ataques contra jornalistas mulheres. Isso nos permitiu criar uma lista de casos de violência de gênero cometida contra jornalistas mulheres ou comunicadoras; em seguida, mapeamos os mecanismos de proteção existentes e as respostas das autoridades. Também pesquisamos on-line iniciativas de proteção feministas interseccionais destinadas a jornalistas.

Com base em nossa pesquisa e nas entrevistas, identificamos os dois estudos de caso a seguir, que analisamos detalhadamente nesta seção:

- **Nós, Mulheres da Periferia**: um [site](#) feminista interseccional que foi criado por um grupo de jornalistas mulheres em 2014 e reúne mulheres negras que vivem nas periferias de grandes cidades. Jéssica Moreira, jornalista e cofundadora do site, nos contou que, embora existissem outros coletivos feministas antes deste, “nenhum deles tinha um ponto de vista geográfico. E queríamos mostrar as mulheres através dos olhos delas”. Assim como muitas iniciativas feministas no Brasil, o site foi lançado no Dia Internacional da Mulher. As jornalistas feministas brasileiras demonstram a tendência mais ampla de produzir o próprio jornalismo independente e desenvolver os próprios veículos on-line (outros exemplos incluem [Azmina](#), [Portal Catarinas](#) e [Instituto Geledés](#)).
- **Rede de Mulheres da AMARC** (Perspectiva de gênero para fortalecer radialistas mulheres em rádios comunitárias): uma rede de jornalistas mulheres e comunicadoras fundada em 2010, dentro da Associação Mundial de Rádios Comunitárias – *Brasil* (AMARC – Brasil). A rede existe para reunir jornalistas mulheres e comunicadoras no tratamento de questões de gênero e no combate à violência que elas enfrentam. A pesquisa da ARTIGO 19 revelou que redes auto-organizadas, como esta, são uma característica-chave das abordagens feministas à segurança de jornalistas – não apenas no Brasil, mas também mais amplamente na América Latina.

Nós, Mulheres da Periferia

“Somos mulheres que criaram um site para escrever textos e registrar histórias que não encontravam em lugar nenhum. Em um país em que as mulheres estão à margem da liderança dos meios de comunicação, o Nós, Mulheres da Periferia é uma empresa jornalística fundada e autogestionada por mulheres negras e periféricas.”

– Nós, Mulheres da Periferia

O início

O Nós, Mulheres da Periferia (que, daqui em diante, chamaremos de Nós) é um [site](#) feminista interseccional que reúne mulheres negras que vivem nas periferias de grandes cidades. O coletivo surgiu em 2012, quando um grupo de jornalistas mulheres e de comunicadoras sociais escreveu um artigo na Folha de S. Paulo a respeito dos desafios cotidianos enfrentados pelas mulheres que vivem nesses lugares. Esse se tornou o manifesto inaugural do Nós, cujo trabalho começou a tomar forma pouco tempo depois – inicialmente como um coletivo de jornalistas e, mais tarde, em 2014, como um veículo de mídia independente. A respeito do processo de criação do Nós, a cofundadora Jéssica Moreira disse: “Nós nascemos antes de nascermos”.

Todas as participantes do Nós são formadas em jornalismo e já trabalhavam na área antes de criar o site. Assim, a prática profissional delas é informada pelo pensamento crítico sobre o jornalismo tradicional e a necessidade de pluralidade e diversidade. Jéssica nos contou que, no entanto, quando o projeto Nós foi criado, elas ainda não haviam percebido que eram feministas. Essa percepção surgiu da participação em discussões, eventos e debates feministas, para os quais elas eram frequentemente convidadas. “Hoje, nos identificamos com temas como gênero, raça e território, e nenhuma de nós nega ser feminista”, disse ela.

As jornalistas que estão por trás do Nós moram e escrevem nos bairros periféricos de São Paulo – as áreas mais pobres da cidade. Os problemas que elas abordam estão relacionados não só ao cotidiano desses bairros e ao que significa ser uma mulher periférica, mas também incluem economia, política internacional, movimentos populares, saúde pública e reprodutiva e transporte. Dessa forma, os temas de que elas tratam vão muito além das periferias.

Preconceitos implícitos e ataques explícitos

Apesar de o Nós ter sido amplamente bem recebido, o projeto também enfrentou várias ameaças – de preconceitos implícitos a ataques explícitos. O projeto implementou várias estratégias para lidar com isso.

Preconceitos implícitos

Alguns indivíduos e organizações – como Facebook e [Instagram](#), que dificultaram a verificação das contas do Nós – se recusaram a reconhecer o Nós como um veículo de mídia gerido por jornalistas profissionais, pressupondo que se tratava de um movimento social. Jéssica atribui isso ao sexismo implícito: uma recusa de aceitar que mulheres periféricas são capazes de fazer o que o Nós está fazendo:

“As dificuldades estão nas entrelinhas. Eles não estão acostumados a ver mulheres em posições de liderança.”

Ela também nos disse que o Nós precisa transpor barreiras maiores do que outros veículos de mídia, em termos de padrões jornalísticos, pois qualquer erro cometido pelo projeto é usado contra ele.

Hacking

O Nós também sofreu ataques diretos que colocaram em risco o trabalho e a segurança das colaboradoras. Em maio de 2021, as contas do Nós nas redes sociais foram [invadidas](#), e o conteúdo foi substituído por imagens de violência e de homens armados. Isso aconteceu um dia depois que o Nós noticiou manifestações populares contra Bolsonaro – cobertura que atraiu ataques racistas e misóginos contra o veículo, incluindo insultos como “negras burras”. O episódio gerou muito medo entre as jornalistas do Nós, que implementaram medidas de segurança digital para se proteger de futuros ataques. Jéssica também destacou a [onda de solidariedade](#) que elas receberam de organizações como ARTIGO 19, Ordem dos Advogados do Brasil, RSF, Rede de Jornalistas das Periferias e outros veículos de mídia independentes e feministas.

Em outro ataque de hacking em 2020, um artigo no site do Nós foi excluído poucas semanas depois de ser publicado. O artigo focava como as ações de grupos paramilitares, que controlam setores do crime organizado no Brasil, estavam envolvidas na morte de um menino. O conteúdo nunca foi recuperado, nem o autor descoberto. O Nós adotou medidas para proteger as jornalistas que produziram o artigo (uma delas morava na região em que a morte ocorreu), incluindo atribuir a autoria da matéria à redação como um todo, não a uma jornalista individual. Entretanto, esse episódio teve um efeito amedrontador no veículo, que decidiu não mais debater sobre o assunto nem republicar o artigo.

Os perigos de arriscar a própria pele

Dos pontos de vista geográfico, demográfico e emocional, as jornalistas do Nós estão muito mais próximas das histórias que contam do que geralmente ocorre na mídia mainstream. Embora isso acrescente autenticidade à cobertura, diferentemente de outros veículos, elas acabam arriscando a própria pele – o que traz um escopo próprio de riscos: físicos, emocionais e psicológicos.

Por exemplo, Jéssica mora e trabalha em Perus, uma região onde a ditadura

brasileira matou e enterrou militantes antirregime, um assunto que o Nós aborda em sua cobertura. Falando sobre uma série de entrevistas que fez sobre a ditadura, com pessoas na região onde mora, Jéssica nos contou: “Todas as fontes choraram, e eu chorei com elas”.

Outro exemplo é um relatório que o Nós publicou sobre violência doméstica em um local onde as repórteres envolvidas moravam, trabalhavam, socializavam e se relacionavam. Esse trabalho exigiu uma série de medidas de mitigação tanto para as jornalistas quanto para as vítimas. Uma das fontes acabou sendo retirada da matéria para a própria segurança, e as repórteres também romperam relações pré-existentes com algumas das fontes que estavam envolvidas no caso.

A resposta do Nós a ameaças e ataques

Todos os riscos mencionados acima cobram das jornalistas um preço, em termos de saúde mental, sensação de segurança e capacidade de trabalhar. O Nós instituiu diversas medidas para mitigar esses riscos: desde 2020, ao final de cada ano, o projeto faz reuniões de um dia inteiro para tratar dos problemas do grupo; reconhecendo os impactos que o trabalho causa na saúde mental, o Nós traz um psicólogo a cada três meses para atender o grupo; e o veículo conta permanentemente com os serviços de um advogado e de um profissional de TI para lidar com ameaças digitais e as repercussões de suas matérias.

Jéssica acredita que construir redes e participar delas também é essencial para proteger o Nós e suas jornalistas. O projeto sempre esteve próximo de movimentos sociais, especialmente os periféricos, e agora está integrado a diversas redes, como a *International Network of Gender Journalists* (Rede Internacional de Jornalistas com Visão de Gênero). A pesquisadora e jornalista Jéssica Gustafson, autora do livro *Jornalistas e Feministas*, considera as organizações autogeridas um promissor mecanismo de proteção. A ARTIGO 19 também avalia que essas redes são um importante aspecto das respostas feministas à segurança de jornalistas no Brasil, bem como em outros países da América Latina.

Foco atual

Atualmente, o Nós tem quatro áreas de foco: área editorial (produção jornalística), captação de recursos (de modo a garantir sua autonomia financeira), área institucional (investimento em redes e contatos) e área administrativa. O veículo recebe o apoio de doações, parcerias (como o Instituto Vladimir Herzog e o RSF), fundações (como Open Society, Rosa Luxemburgo e Oxfam Brasil) e organizações de financiamento (como o Fundo de Emergência para a América Latina).

No momento em que este artigo foi escrito, sete jornalistas que trabalham para o Nós integram a equipe em período integral, e outras cinco têm contratos de meio período. Trata-se de uma relevante evolução desde a criação do site, quando ele era um projeto extracurricular para todas as envolvidas.

Rede de Mulheres da AMARC (Perspectiva de gênero para fortalecer radialistas de rádios comunitárias)

O início

Representantes da AMARC – Brasil criaram a Rede de Mulheres da AMARC (que, daqui em diante, chamaremos de **Rede**) em 2010. A Rede reúne jornalistas mulheres e comunicadoras com o objetivo de abordar questões de gênero e enfrentar a violência que elas enfrentam no trabalho em estações de rádio comunitárias em todo o Brasil. Ser uma radialista de rádio comunitária é um papel importante no Brasil, especialmente em localidades rurais ou isoladas que a mídia mainstream não alcança; nesses casos, a rádio comunitária muitas vezes é a única fonte de informação.

Célia Rodrigues, jornalista e radialista, fundou a Rede. Ela tem 50 anos de experiência como radialista e, durante metade de sua carreira, se especializou em cobrir questões de gênero. Segundo ela, “O que vemos é que a violência não mudou. A realidade não mudou muito (desde os anos 70)”. Célia usa a própria história para ajudar outras mulheres a enfrentar a discriminação e o sexismo no sistema de rádio. Ela conta que, quando era jovem, não denunciou o assédio que sofreu pois, “Se meus pais soubessem, provavelmente me tirariam da rádio”. Nos anos 80, ela precisou esconder do seu então marido que trabalhava como radialista: “Eu costumava pegar meu gravador e ia para a rua (depois que meu então marido saía para trabalhar). Se ele soubesse, diria que eu o estava desobedecendo e me impediria de trabalhar”.

Combatendo o assédio sexual no local de trabalho

Segundo Dóris Macedo (Presidente da AMARC – Brasil), hoje há mais mulheres do que homens trabalhando em rádios comunitárias no Brasil, entretanto, apesar dessa forte presença, elas ainda enfrentam riscos. Sexismo, desigualdade social e conflitos ambientais são problemas endêmicos em certas regiões do Brasil, e seus tentáculos alcançam as rádios comunitárias. Radialistas mulheres que expõem esses assuntos às vezes enfrentam intimidação e violência de gênero, tanto no local de trabalho quanto em sua comunidade local.

Em 2017, por exemplo, a radialista de uma rádio comunitária foi assediada sexualmente por um colega de trabalho, no estado de São Paulo. Célia Rodrigues contou que o homem tentou beijar a mulher e só parou quando ela disse que tinha namorado (o que não era verdade). Para Célia, “Ele não tinha respeito por ela, mas pelo suposto namorado”.

Em resposta a isso, a Rede realizou várias reuniões para apoiar a jornalista e organizou um workshop educativo em uma reunião nacional. De acordo com Célia e Dóris, tanto mulheres quanto homens participaram do workshop. No início do workshop, as mulheres repetiram frases que seus colegas homens frequentemente diziam, para demonstrar o quanto eram ofensivas. “Os homens começaram a ficar constrangidos, e alguns deles saíram da sala”, diz Célia. Para Dóris e Célia, essas reações mostram o quanto os homens têm dificuldade de entender que suas piadas podem ser ofensivas, agressivas ou obscenas. Célia conta também que foi difícil para as mulheres falar de violência e assédio no local de trabalho na presença dos homens que haviam cometido esses atos.

As organizadoras do workshop também distribuíram balões marcados com insultos misóginos que as mulheres haviam escutado, e defenderam que aqueles que praticam discriminação de gênero ou assédio mudem de comportamento. Mas Célia e Dóris recordam que, embora o workshop tenha se tornado o principal evento da assembleia geral da Rede, na prática não houve uma grande mudança após o evento. Na opinião de Dóris, para gerar uma verdadeira mudança, essas atividades precisam ocorrer regularmente e por um longo período.

Discriminação interseccional

A Rede realizou outros workshops no ano seguinte (2018), em parceria com a ARTIGO 19, dos quais participaram mais de 40 radialistas de rádios comunitárias. Em um documentário chamado Mulheres de Expressão, que foi produzido pela ARTIGO 19 e apresentava mulheres que haviam participado dos workshops, radialistas de rádios comunitárias debateram seu papel, a violência que sofreram e a representação na mídia. No documentário, Theresinha Ferreira, da Rádio Quintal em Minas Gerais, recorda o preconceito e as dificuldades que enfrentou como uma radialista negra:

“Se você me perguntar: ‘Você já enfrentou alguma dificuldade em estar na mídia, em ser uma radialista, em trabalhar na TV?’, eu vou responder: ‘Sim, porque sou mulher e porque sou negra’. Aí você já consegue imaginar as dificuldades que tive de atravessar para chegar aonde estou hoje.”

Angélica Araújo, outra participante do documentário e coordenadora executiva da Associação de Rádios Populares em Pernambuco, concorda:

“Não é fácil ser mulher nesta área de comunicação. Enfrentamos muitos desafios. Eu os enfrento até hoje, porque sou mulher, porque sou lésbica e porque sou negra. Eu tenho que lidar com esses três preconceitos, e é muito complicado. É difícil porque você não consegue um

cargo de gestão, ou um cargo de direção. Você consegue cargos mais baixos. O que é dado para você são coisas menores, pois você não é homem, porque você não é heterossexual, porque você não é branca, porque seu cabelo é ruim (na opinião de outras pessoas).”

A importância de redes auto-organizadas

Nos workshops, as radialistas trabalharam juntas no desenvolvimento de estratégias de proteção, novamente mostrando o papel central que redes auto-organizadas têm nas abordagens feministas da segurança de jornalistas no Brasil (e em outros países da América Latina). Essas redes auxiliam na elaboração de estratégias comuns voltadas à melhoria de infraestrutura e condições de trabalho, bem como da legislação trabalhista. Elas devem ser desenvolvidas tanto dentro das próprias estações de rádios comunitárias quanto das comunidades onde essas estações estão localizadas, uma vez que empoderar as comunicadoras também significa fortalecer as vozes delas dentro das comunidades, incluindo quando elas se manifestam contra a violência, o abuso e o assédio.

Foco atual

Segundo Célia, atualmente a Rede trabalha com outras instituições e mídias independentes a fim de discutir formas de deter a violência contra as mulheres e desenvolver mecanismos de proteção voltados a jornalistas mulheres e comunicadoras sociais no Brasil. Para assegurar a continuidade dessas ações, tanto a Rede quanto as estações de rádio comunitárias precisam de apoio financeiro.

3. Recomendações

No Brasil, uma proporção significativa de jornalistas é formada por mulheres: quase 60%, de acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro 2021. Ainda assim, as entrevistadas neste estudo relatam a existência de um ambiente profundamente patriarcal e desafiador para as jornalistas mulheres. Porém, assim como acontece em outros países da América do Sul que fazem parte deste projeto de pesquisa, ainda faltam dados sobre o contexto específico vivenciado por jornalistas mulheres no país.

Apesar disso, a comparação entre os casos de violência contra mulheres e contra homens no jornalismo revela a prevalência e a natureza da violência contra as mulheres. Existe um componente de gênero fundamental na violência contra as mulheres, o que diferencia bastante os ataques a jornalistas mulheres dos ataques a jornalistas homens. Paralelamente a isso, existe uma grande diversidade entre as mulheres que sofrem dessas violações no Brasil. Isso reforça o fato de que a única forma de alcançar uma abordagem verdadeiramente holística e interseccional para deter a violência é empregar diferentes estratégias de proteção. Essas estratégias devem incluir o que os brasileiros chamam de “comunicadores sociais” (ou “comunicadores”).

O país precisa abordar urgentemente dois aspectos fundamentais da violência que as jornalistas brasileiras sofrem: a violência digital e a violência cometida por agentes políticos e públicos. Todas as partes interessadas relevantes – incluindo veículos de mídia, plataformas de mídia e o próprio Estado – devem implementar medidas para prevenir e enfrentar esses tipos de violência, que têm impactos concretos em termos de impedir a liberdade de expressão feminina no Brasil. Entidades governamentais estatais e regionais precisam condenar publicamente a violência contra jornalistas, on-line ou off-line; além disso, agentes públicos e políticos devem parar de contribuir com um ambiente que frequentemente é inseguro para que as mulheres tenham liberdade de se expressar. Dentre outras iniciativas, o Estado deve desenvolver políticas e medidas de responsabilização a fim de evitar que agentes públicos e políticos repetidamente façam declarações danosas que promovem violência contra as jornalistas mulheres.

É importante reconhecer e aprender com as estratégias existentes que jornalistas mulheres já adotaram neste contexto. A criação de veículos de mídia formados e conduzidos por mulheres, e que tenham perspectiva feminista ou enfoquem as condições femininas no país, é uma das principais estratégias reveladas pela pesquisa. Atualmente, essa estratégia é possibilitada por redes de apoio, organi-

zações da sociedade civil e outros grupos feministas. Entretanto, trata-se de uma estratégia que existe para preencher uma lacuna do Estado: ela não elimina a necessidade de que o Estado adote medidas específicas que garantam às jornalistas acesso mais igualitário aos recursos.

O Brasil também precisa investir adequadamente e aprimorar seu programa público de proteção (o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que abrange jornalistas, comunicadores e ambientalistas), implementando um monitoramento interseccional e focado em gênero, assim como outras formas de suporte destinado a todas as jornalistas mulheres. Além disso, para adotar uma abordagem realmente interseccional de enfrentamento da violência contra todas as mulheres, o Estado deve conduzir um amplo processo interno capaz de diagnosticar quais aspectos das estruturas e da cultura do país reforçam e alimentam desigualdades de gênero, raça e classe. O Estado deve usar esses dados para desenvolver políticas que eliminem tais estruturas e construir alicerces sólidos que garantam uma liberdade de expressão realmente baseada na igualdade. Esses elementos devem ter papel central na elaboração e implementação de políticas públicas, possibilitando o combate desse tipo de violência em toda sua complexidade.

Notas

- 1 A ARTIGO 19 utiliza os termos “mulheres” e “homens” para se referir a todos os indivíduos que se identificam como tais.
- 2 A ARTIGO 19 usa uma definição funcional dos termos “jornalistas” e “comunicadores”, de acordo com o [Comentário Geral n.º 34 do Comitê de Direitos Humanos da ONU](#): “O jornalismo é uma função compartilhada por uma ampla gama de atores, incluindo repórteres profissionais em tempo integral e analistas, assim como blogueiros e outros que se envolvem em formas de autopublicação impressa, na internet ou em outro lugar”.
- 3 Por exemplo, um [relatório](#) do RSF revelou que o chamado “Sistema Bolsonaro”, formado por Jair Bolsonaro, seus três filhos (um senador, um deputado federal e um vereador do Rio de Janeiro) e um grupo de ministros, realizaram 580 ataques on-line contra jornalistas no Brasil. A [CIDH](#) relatou que as ameaças à liberdade de expressão no país pioraram desde as eleições de 2018, com um “aumento no número de ameaças feitas pelas autoridades à vida e à integridade física de jornalistas e outros trabalhadores da mídia”. Outro [relatório](#), elaborado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (que inclui 21 associações de emissoras estatais), revelou que o número de ataques à liberdade de imprensa mais do que dobrou em 2020.
- 4 Conforme Maria José Braga, presidente da FENAJ, contou à ARTIGO 19.
- 5 Segundo o estudo [Perfil do Jornalista Brasileiro](#), desenvolvido em 2021 pela UFSC em colaboração com pesquisadores da Rede de Estudos sobre Trabalho e Profissão (Retij/SBPJOR), a média dos profissionais jornalistas no Brasil é composta por mulheres brancas solteiras.
- 6 Nunes, D. (2021) *Escalada da Precariedade das Mulheres Jornalistas – Transformações do Trabalho e Subjetividade*, Florianópolis: Insular. Pontes, F. S. (2017) “Desigualdades Estruturais de Gênero no Trabalho Jornalístico: O Perfil das Jornalistas Brasileiras”, *E-COMPÓS*, 20, 1: 1–15.
- 7 Para saber mais sobre o impacto da pandemia sobre mulheres, pessoas LGBTQI+ e comunidades periféricas no Brasil, consulte: Ferreira L. e da Silva, V. R. (2020) [“O Ano da Pandemia e Seu Impacto nas Mulheres, Pessoas Negras e LGBTQI+”](#), *Gênero e Número*, 22 de dezembro. Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (2021) [“Sem Parar: O Trabalho e a Vida das Mulheres na Pandemia”](#). Souto, J., Donaria, K. e Santos, T. (ed.) (2021) [Coronavírus nas Favelas: A Desigualdade e o Racismo sem Máscaras](#), Rio de Janeiro: Movimentos.
- 8 Um “deserto de notícia” é uma área em que não há mídia local ou independente, o que limita a pluralidade de vozes e o fluxo livre de informações.

- 9 Um exemplo emblemático foi um discurso televisionado que Bolsonaro fez para o país em 24 de março de 2020, no qual o então presidente chamou a Covid-19 de “gripezinha”, rejeitou recomendações científicas e acusou a mídia de criar pânico na população. Ver: Philips T. (2020), “Bolsonaro says he ‘wouldn’t feel anything’ if infected with Covid-19 and attacks state lockdowns” (“Bolsonaro diz que ‘não sentiria nada’ se fosse contaminado pela Covid-19 e ataca os lockdowns nos estados”), *The Guardian*, 24 de março.
- 10 Campos Mello, P. (2020) *A Máquina do Ódio: Notas de uma Repórter Sobre Fake News e Violência Digital*, São Paulo: Cia das Letras.



artigo19.org